



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Instituto de Economia

Marília Thomaz da Silva

Imperialismo e Exportação de Capital em

Caio Prado Jr

(1889-1930)

CAMPINAS

2016

Marília Thomaz da Silva

Imperialismo e Exportação de Capital em Caio Prado Jr

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Graduação do
Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas
para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Antonio de Campos

CAMPINAS

2016

Dedico este trabalho em memória do meu avô Guaraciaba Thomaz da Silva.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer à minha mãe, Rosana, e aos meus avós, Guaraciaba e Madalena, que proporcionaram o apoio, financeiro e psicológico, para que eu tivesse uma educação de qualidade.

A meus amigos do Instituto de Economia da Unicamp Stella, Flávia, Carlos, Renata, Daniel (Niel), Jefferson, Bruno (Guaxupé), Beatriz (Bia), e todos os demais, além das moradoras da República Cachoeira, por estarem ao meu lado nestes quase seis anos de Unicamp.

Aos professores do Instituto de Economia, mas principalmente Maurício Chalfin Coutinho e Plínio Soares de Arruda Sampaio Júnior, que me ajudaram a criar uma nova compreensão do mundo.

Ao professor Carlos Alberto Cordovano Vieira pelos excelentes comentários na minha banca de monografia, que me trouxeram grandes inspirações, e também pela paciência com o meu nervosismo.

E por último ao meu orientador Fábio Antonio de Campos que demonstrou compreensão e dedicação comigo desde a primeira nossa primeira conversa, quando fui pedir timidamente uma orientação de iniciação científica há quase quatro anos, até as dificuldades finais na conclusão da minha monografia. Mesmo com as “brincas” que me deu, o professor Fábio se tornou um excelente amigo, que levarei para a vida.

Campinas

2016

SILVA, Marília Thomaz da. Imperialismo e Exportação de capital em Caio Prado Jr (1889-1930). 2016. 46 folhas. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é compreender a conceito teórico de Imperialismo na obra de Caio Prado Jr, a partir de suas interconexões com os autores marxistas do assim chamado “debate clássico” sobre o tema, em especial Vladimir Lenin, Nicolai Bukhárin e Rudolf Hilferding. A partir deste referencial, este trabalho analisará a exportação de capital recebida pelo Brasil no período de crescimento da economia cafeeira e transição do trabalho escravo para o assalariado, e seus impactos no desenvolvimento histórico brasileiro, na superação do que Caio Prado Jr chamava de “herança colonial” e na quebra dos laços de dependência externa do Brasil em relação às economias do centro do sistema capitalista.

Palavras – chave: desenvolvimento capitalista brasileiro, economia cafeeira, Imperialismo, Caio Prado Jr, debate clássico sobre o Imperialismo.

ABSTRACT

This work aims to understand the theoretical concept of Imperialism in Caio Prado Jr's collected works, analyzing their connection to Marxist authors present in the "classical debate" about the issue, especially Vladimir Lenin, Nicolai Bukhárin and Rudolf Hilferding. Given this referential, this study will analyze capital exportation received by Brazil during the coffee-producing economy's growth period and transition from slavery to free labor, and its impacts in Brazilian historical development, in the overcoming of what Caio Prado Jr called "colonial heritage" and in breaking the chains of external dependence of Brazil in relation to central capitalist economies.

Keywords: Brazilian capitalist development, coffee-producing economy, Imperialism, Caio Prado Jr, classical debate about Imperialism

Sumário

| | |
|---|----|
| Introdução | 01 |
| 1. Imperialismo e exportação de capital: movimento nos países centrais | 04 |
| 1.0 Introdução | 04 |
| 1.1 Processo de concentração e centralização de capital | 05 |
| 1.2 Nova forma de concorrência econômica: monopolização da economia | 07 |
| 1.3 O Capital Financeiro | 09 |
| 1.4 Divisão Internacional do Trabalho | 12 |
| 1.5 Expansão das fronteiras dos países centrais e suas políticas imperialistas | 13 |
| 1.6 Exportação de capital: ponto de vista países centrais | 16 |
| 1.7 Conclusão | 19 |
| 2. Imperialismo e exportação de capital: fluxos de exportação de capital na formação econômica do Brasil | 20 |
| 2.0 Introdução | 20 |
| 2.1 Formação histórica do Brasil: “O sentido da colonização” | 22 |
| 2.2 Os impulsos para a mudança: a formação de um mercado interno | 25 |
| 2.3 A economia cafeeira e a especulação financeira | 28 |
| 2.4 A indústria e o mercado interno | 31 |
| 2.5 Exportação de capital: ponto de vista das economias periféricas | 33 |
| 2.6 Conclusão | 36 |
| Considerações Finais | 38 |
| Referências | 39 |

Introdução

A partir de uma leitura da obra de Caio Prado Jr, em suas interconexões com autores marxistas do chamado “debate clássico do Imperialismo”, em especial Lênin, Bukhárin e Hilferding, esta monografia estudará a exportação de capital, principalmente na forma de investimento direto estrangeiro (IDE), para o Brasil no final do século XIX e começo do XX, e seu impacto no desenvolvimento socioeconômico do país.

Enquanto um país de origem colonial, para Caio Prado Jr, a própria ocupação do território brasileiro teve uma relação estreita com o contexto internacional da expansão comercial europeia que aconteceu a partir do século XVI, o que o autor chama de “o sentido da colonização” (Prado Jr, 2012, p. 20). Para Prado Jr, esta herança é a linha mestra que perpassa toda a história do país, e determinou as características fundamentais de sua economia e sociedade, cujos objetivos eram gerar lucro para o comércio europeu, colocando em segundo plano as necessidades de sua coletividade. Assim, para o autor, a superação desta herança se impunha de forma a tornar as estruturas socioeconômicas brasileiras voltadas ao suprimento destas necessidades, formando aqui uma verdadeira “nação” (Prado Jr, 1987, pp. 81, 82).

Por esta razão, o período histórico analisado neste trabalho era importante para o autor, visto que representava um momento de transição. No decorrer do século XIX, concomitantemente a um aumento quantitativo na produção, aconteceram mudanças qualitativas fundamentais nas estruturas produtivas e da própria sociedade, que apontavam no sentido da superação da herança colonial (Prado Jr, 1987, p. 73). A mais importante mudança foi a formação de um mercado interno de proporções consideráveis, cuja parte da atividade econômica seria desviada para seu suprimento. A consequência mais profunda para a história do país foi o surgimento de uma indústria, que no período histórico tratado ainda era incipiente, mas posteriormente ganhou importância na estrutura produtiva do país (Prado Jr, 2012, p. 258).

No entanto, essas mudanças internas do Brasil coincidiram com mudanças profundas no plano do capitalismo mundial, que foi a evolução para o capitalismo financeiro, que nas palavras do próprio Caio Prado Jr:

A evolução para o capitalismo financeiro que se processa no correr do século XIX e que chega à maturação em sua última parte, modificará essas relações

primárias e muito elementares entre as grandes nações capitalistas e os demais povos do universo. Substituiu-se o simples objetivo de vender produtos industriais, a ampla expansão do capital financeiro que, sob todas as modalidades, procurará explorar todas as atividades econômicas do universo. A economia mundial evoluiu para um vasto sistema dominado pelo capital financeiro e disputado pelos vários grupos nacionais que repartem entre si aquele capital. (PRADO Jr, 2012, p.271)

Assim, a uma fase do capitalismo internacional baseada na simples exportação de mercadorias, seguiu-se outra na qual a exportação de capital ganha centralidade. Tendo como eixo analítico o contexto da concorrência internacional entre nações imperialistas e as contradições no processo de valorização capitalista, a análise de Caio Prado Jr sobre a exportação de capital decorre de uma leitura da lei da tendência decrescente da taxa de lucros de Marx e sua apropriação pelo debate clássico do imperialismo. Para ele, assim como os autores que trataram do imperialismo, a exportação de capital seria uma forma de lidar com os problemas inerentes ao capitalismo, tais como: como a superprodução de capital e o subconsumo das classes trabalhadoras (Prado Jr, 1957, p. 150). Logo, a exportação de capital na fase imperialista do capitalismo teria um caráter de dominação do espaço econômico das economias periféricas de forma a ganhar vantagens na concorrência intercapitalista internacional, o que poderia subverter o funcionamento destas economias, sendo um entrave às suas autonomias relativas. Nas palavras de Caio Prado Jr:

É assim que se conta a verdadeira história econômica moderna. O Brasil, como os demais povos de sua categoria, não conta senão como massa inerte de manobra, não é senão parcela insignificante num todo imenso que se dilui e desaparece. A sua vida econômica não é função de fatores internos, de interesses e necessidades da população que nele habita; mas de contingências da luta de monopólios e grupos financeiros internacionais concorrentes. O que nele conta são os braços que podem ser mobilizados para o trabalho, as possibilidades naturais que seu solo encerra, o consumidor potencial que nele existe e que, eventualmente, uma campanha publicitária bem dirigida pode captar. Mas esses mesmos valores são por si, nada; porque contam unicamente como parcelas de um conjunto que abarca o mundo e somente nele representam algum papel. (Prado Jr, 2012, p 279)

Portanto, o papel do capital financeiro é um dos fatores mais relevantes para a adequada compreensão do processo de modernização capitalista pelo qual o país passava naquele momento. Assim, as atividades econômicas mais lucrativas do país se tornaram alvo de exportação de capital, como mostra Caio Prado Jr. (Prado Jr, 2012, p. 272). O setor que mais recebeu estes influxos de exportação de capital foi o do café, por apresentar as melhores perspectivas de remuneração. O capital financeiro financiou todas as suas fases, da produção ao consumo, retirando uma

grande parte dos lucros para si. (Prado Jr, 2012, p. 273). Mesmo o setor voltado para o mercado interno recebeu investimentos internacionais vultosos, em especial a indústria, pois aos poucos as grandes empresas que antes exportavam mercadorias para o Brasil começaram a transferir parte de sua produção para dentro de suas fronteiras, de forma a aproveitar para si as conveniências desta produção (Prado Jr, 2012, p. 274).

A partir destas considerações, o objetivo deste trabalho será analisar a influência da exportação de capital durante a primeira fase do capitalismo financeiro (1889-1930) e sua relação com a superação da herança colonial brasileira. As questões básicas a serem respondidas serão as seguintes: quais as influências do capital monopolista na modernização de caráter capitalista empreendida no Brasil entre o fim do século XIX e o começo do XX; e como ela teve impacto no processo de superação da herança colonial, em seu benefício ou entrave. Estas questões serão respondidas a partir da leitura da obra de Caio Prado Jr, relacionando-a com as interpretações de autores marxistas do debate clássico sobre o imperialismo, em especial Lênin e Bukhárin.

Capítulo 1:

Imperialismo e exportação de capital: movimento nos países centrais

Introdução

Para Caio Prado Jr toda a história brasileira vista em retrospecto, desde a colonização portuguesa até a época que ele viveu, tinha um único sentido que era bastante claro: o de superação de um passado colonial, no qual o conjunto de sua economia, política e sociedade estavam voltados aos objetivos do comércio internacional, ou seja, eram completamente alheios às necessidades da coletividade que aqui se formou; em direção a um futuro no qual a sociedade estaria organizada nacionalmente, ou seja, na qual sua economia, política e sociedade estavam voltadas para o suprimento destas necessidades. O seu caráter subdesenvolvido estaria na sua incapacidade de romper com os resquícios deste passado para permitir que este processo se desenrolasse até seu ponto final, o que mantinha a economia brasileira como um apêndice, com uma capacidade limitada de resistir aos impulsos que vinham das economias centrais (Prado Jr, 1957 p. 190 apud Sampaio Jr, 1997, pp. 116, 117).

A sociedade brasileira mantinha uma “dinâmica reflexa” e extremamente vulnerável às conjunturas internacionais, por isto, as grandes mudanças sofridas pelo capitalismo internacional a partir do último quartel do século XIX trouxeram impactos significativos. O processo de monopolização da economia está relacionado a uma nova forma de lidar com problemas inerentes ao capitalismo, como a superprodução de capital, e conseqüentemente trazia consigo uma nova forma de apropriação da mais-valia produzida nas economias periféricas, em que a exportação de capital ganhava relevo. Assim, as repercussões deste processo sofridas pelo Brasil seriam profundas e estavam interligadas às necessidades do capitalismo no plano internacional, apenas coincidentemente correspondendo às suas próprias necessidades, ou mesmo as prejudicando (Prado Jr, 2012, p. 278). Por isto, Caio Prado Jr se apropriou de alguns elementos da discussão marxista sobre este movimento do capitalismo internacional para a melhor compreensão dos seus impactos no Brasil, o que tentaremos compreender neste capítulo a seguir.

1.1 Processo de concentração e centralização de capital

Em “Esboço dos fundamentos da teoria Econômica” (1957), principalmente em seus três últimos capítulos, Caio Prado Jr analisa as mudanças na concorrência econômica operadas a partir do final do século XIX. Elas trouxeram uma nova forma de relação entre as nações em que se originavam os ímpetus para o desenvolvimento econômico, e aquelas que ficavam à margem, cumprindo um papel complementar no processo de concentração e centralização de capital. A análise de Prado Jr sobre os processos de concentração e centralização de capital decorre de uma leitura da obra de Marx, e dialoga com autores marxistas que estudaram o tema do imperialismo no plano internacional. Para Barratt Brown, o ponto central da análise marxista sobre o Imperialismo é a seguinte:

A ênfase colocada pelos marxistas, na sua crítica à confiança dos economistas neoclássicos na mais-valia dos capitalistas proveniente da maior produtividade para assegurar a acumulação continuada, leva-os a concentrar-se no problema para todos os capitalistas de realizar uma mais-valia que não seja demasiadamente grande para nova capitalização, nem excessivamente pequena para as relações capital/trabalho mais elevadas que a maior produtividade do trabalho implica. (...) O imperialismo, para os marxistas, tem a ver com as formas capitalistas procurando mais-valias e usando-as através da incorporação de novas áreas da economia mundial ao seu sistema de acumulação. (Barratt Brown, 1978, p. 60)

Para Marx, de uma forma sintética, pois o aprofundamento desta discussão não é o objetivo do trabalho, concentração de capital é um processo inerente ao capitalismo, se confundindo com a própria acumulação capitalista. O capital cresce de forma constante, pela adição de mais-valia, que é uma fração de trabalho não pago ao trabalhador, que se cristaliza na forma de capital. Este processo tem como pressuposto uma certa acumulação anterior de capital nas mãos dos produtores, a chamada “acumulação primitiva”, porém se torna contínua depois desta primeira fase ser completada, uma vez que conforme cresce a massa de capital, há a necessidade de mais força de trabalho, que gera uma maior quantidade de mais-valia, que é novamente cristalizada na forma de capital, e assim por diante. Desta forma, a acumulação está sempre engendrando uma nova acumulação, o que tem como consequência a concentração de capital nas mãos dos capitalistas individuais. Nas palavras de Marx:

Nas controvérsias sobre o assunto, omite-se, em regra, o principal, o caráter específico da produção capitalista. Nesta, não se compra a força de trabalho

para satisfazer as necessidades pessoais do adquirente por meio dos serviços que ela presta ou que ela produz. O objetivo do comprador é aumentar seu capital, produzir mercadorias que contêm mais trabalho do que ele paga e cuja venda realiza também a parte do valor obtida gratuitamente. Produzir mais-valia é a lei absoluta desse modo de produção. A força de trabalho só é vendável quando conserva os meios de produção como capital, reproduz seu próprio valor como capital e proporciona, com o trabalho não pago, uma fonte de trabalho adicional. As condições de sua venda, mais favoráveis ou menos favoráveis ao trabalhador, implicam, portanto, a necessidade de sua revenda contínua e a reprodução constantemente ampliada da riqueza como capital. (Marx, 1980, pp. 719, 720)

A concorrência intercapitalista é a força motriz que move os empresários individuais à procura de constantes incrementos no capital, em razão de que disto depende sua própria sobrevivência, tendo em vista que aquele que não acompanhar os outros empresários do setor pode ser eliminado. A concorrência tradicionalmente ocorre por redução de custos por meio de máquinas poupadoras de tempo, ou seja, que permitem que aumente a quantidade de matérias-primas transformadas num determinado tempo, utilizando-se da mesma quantidade de trabalho (Marx, 1980, p. 723). Nas palavras de Barratt Brown, a partir de Marx:

Julgava Marx (apropriadamente na Revolução Industrial, e uma vez mais, talvez, na presente Segunda Revolução Industrial) que essa redução no tempo era mais importante, e levava à necessidade de cada capitalista concorrente de acumular mais-valia suficiente para reinvestimento em nova maquinaria, a fim de aumentar sua produtividade. Poderia haver outras maneiras de aumentar a mais-valia pela maior intensidade de trabalho e pelo emprego de trabalho escravo, mas a redução do tempo levado na produção era a essência do capitalismo industrial e da divisão do trabalho e economias de escala por ele engendradas. Somente desta maneira poderia o capitalista esperar por um investimento lucrativo e uma taxa contínua de acumulação na concorrência com outros capitalistas. (Marx, 1946, cap. 15 apud Barratt Brown, 1978, pp. 47, 48)

A concorrência intercapitalista gera outro processo, que acontece de forma concomitante ao de concentração, que é o da supressão dos capitais individuais, atraídos por capitais maiores. Este processo difere do anterior, pois enquanto no primeiro há um aumento da quantidade de capital, neste há apenas uma mudança na distribuição do capital, com uma centralização de capitais já formados. A principal causa da centralização é o aumento da produtividade proveniente do aumento das escalas, o que traz uma vantagem na concorrência para capitais maiores, que desta forma podem eliminar os menores (Marx, 1980, p. 727).

Apesar de acontecer de forma diferente, tanto a concentração, como o de centralização têm o mesmo resultado: a conversão de processo de produção isolado em produção socialmente combinada. Porém, a concentração acontece de forma bem

mais lenta que a centralização, logo esta última permite que a acumulação aumente de forma acelerada. (Marx, 1980, p. 728)

Assim, a próprio desenvolvimento do capitalismo cria suas contradições, que seriam a superprodução de capital de um lado, e o subconsumo das classes trabalhadoras de outro. De modo extremamente resumido, a principal causa deste problema é que para se manterem competitivos os capitalistas precisavam sempre investir em capital, aumentando a sua composição orgânica. Nas palavras de Barratt Brown a partir de Marx:

A longo prazo, Marx não esperava que os salários reais declinassem, mas de fato esperava que a participação dos salários no valor do produto caísse, devido a sua suposição de que, com a crescente aplicação de maquinaria na produção, a composição orgânica do capital se elevaria. Por composição orgânica do capital, Marx entendia a razão entre o valor do capital investido e a folha de salário (na sua terminologia, capital “constante” comparado com capital “variável”). (Barratt Brown, 1978, p. 48)

Assim, o problema do sistema capitalista era, que em essência, por um lado, a capacidade produtiva estava sempre crescendo, e por outro o poder de consumo diminuindo, o que criava crises constantes. A solução colonial era uma das tendências contrárias a este movimento classificadas por Marx, e ainda que não tenha desenvolvido ele próprio uma teoria do imperialismo, todas as teorias marxistas a este respeito se concentram nesta tendência (Barratt Brown, 1978, p. 50). Caio Prado Jr se apropriou desta discussão para a compreensão do imperialismo pelo ponto de vista de seus impactos na periferia, como será explicado mais adiante.

1.2 Nova forma de concorrência econômica – monopolização da economia

A partir de um determinado ponto, os próprios processos de concentração e centralização de capital provocaram uma mudança na forma da concorrência intercapitalista, que nos interessa neste trabalho por ter implicado em novas maneiras de exploração da mais-valia de países periféricos (Prado Jr, 2012, p. 276). Historicamente, estes movimentos ganharam grande impulso após a grande crise que assolou o capitalismo na década de 1870, e se desenrolaram nas décadas seguintes (Hobsbawm, 1988, p. 126).

Como já explicado, a concorrência intercapitalista impulsionava o progresso tecnológico, ao trazer um lucro acima da média do setor para as empresas na vanguarda do processo, continuamente eliminado conforme as demais as acompanhassem, porque se não o fizessem sua sobrevivência estava ameaçada (Prado Jr, 1957, p. 140). No fim do século XIX, o progresso técnico teve uma grande expansão, no que foi conhecido como a Segunda Revolução Industrial, que estava baseada em grandes plantas industriais. Apenas a concentração não se mostrou o suficiente para o tamanho dos investimentos necessários e a centralização conduzida pelas finanças triunfou (Prado Jr, 1957, p. 146).

O grande tamanho das empresas dificultou a continuidade da concorrência em sua forma tradicional, o que aconteceu por causa das dificuldades de se obter grandes diferenciais de produtividade entre empresas a partir de um certo tamanho. Nas palavras de Caio Prado Jr:

Em suma verifica-se de um lado que com o desenvolvimento econômico, o progresso tecnológico deixa de constituir nos mais elevados níveis da indústria (precisamente naqueles onde se situam as empresas com maiores exigências e pretensões aos sobrelucros) um fator decisivo no sentido de estabelecer diferenças de produtividade e, portanto, de sobrelucro para as empresas melhor situadas. O alto nível tecnológico continua, escusado acrescentá-lo, condição necessária para a percepção de grandes lucros, mesmo de lucros apenas e até do simples equilíbrio financeiro da produção. Mas já não é mais, como no passado, condição suficiente de sobrelucros. Ou melhor, o aparelhamento e desenvolvimento tecnológico não assegura mais, por si só, às empresas que o adotam, o sobrelucro pelo qual aspiram e visam ao realizarem aquele aperfeiçoamento. Doutro lado, a concentração e centralização de capitais e da atividade produtiva que se realizara a fim de tornar possível o progresso tecnológico, e com aumento daí decorrente proporcionar o sobrelucro, deixa além de certo limite de apresentar remuneração crescente; e mesmo em certos casos se torna embaraço para a obtenção daquele sobrelucro. (Prado JR, 1957, pp. 148, 149)

Esta nova situação, porém, não eliminou a concorrência intercapitalista, apenas sua fisionomia, tendo em vista os métodos da concorrência clássica. Ou seja, por meio de investimento em máquinas poupadoras de tempo, de forma a reduzir os custos, por si não ofereceria mais perspectivas de conquista de posições, apesar de manter sua importância na manutenção dos lucros. Ademais, as contradições geradas pelo próprio funcionamento do sistema capitalista, isto é, as crises constantes de superprodução e o subconsumo das classes trabalhadoras não foram extinguidas, e mesmo foram agravadas, acarretando grandes instabilidades. A causa principal da exacerbação das instabilidades era a necessidade de intensificação da produção, dado o enorme tamanho das novas plantas industriais (Prado Jr, 1957, pp. 149, 150).

Conseqüentemente, a tendência à monopolização da economia é uma tentativa de evitar a insegurança da concorrência, que é acirrada com o crescimento da produção, ou então “transferi-la para outro plano e lhe dar nova feição que vai largamente ultrapassar o terreno econômico propriamente e invadir outro que não merece senão o nome de “político”” (Prado Jr, 1957, p. 151). É uma nova maneira para lidar com problemas inseparáveis ao capitalismo, que decorrem do seu caráter continuamente expansivo: o desequilíbrio sempre presente entre a capacidade de produção e a de consumo da sociedade; que não é suprimida, mas sempre renovada (Prado Jr, 1957, p. 160).

Para o seu objetivo, que é compreender o impacto que esta nova configuração da concorrência intercapitalista internacional teve sobre as economias periféricas, Caio Prado Jr dedica especial atenção à questão do subconsumo, que decorreria do fato de que o superinvestimento competitivo criava excesso de capacidade em relação ao poder aquisitivo da classe trabalhadora (Barratt Brown, 1978, p.52). Assim, a política de vendas se estabeleceu como uma das questões mais importantes para os concorrentes, cujo objetivo era adequar as características da demanda às necessidades dos produtores, de modo a escoar toda sua produção (Prado Jr, 1957, p. 165). Esta circunstância repercutiu fortemente sobre a formação dos mercados internos de nações periféricas, sendo um fator importante em sua configuração, como será explicado mais adiante.

1.3 O capital financeiro

A enorme centralização de capital que se desenrolou a partir do fim do século XIX foi permitida pela existência das sociedades anônimas, como mostra Hilferding, visto que com esta nova forma de organização empresarial era possível reunir o capital de muitos capitalistas individuais em uma só empresa. Na era do capitalismo concorrencial, os empresários individuais colocavam todo seu capital na empresa, não podendo mais recuperá-lo. Ao mesmo tempo, a capacidade de crescimento da empresa estava limitada pelo tamanho deste capital individual e pela sua acumulação interna. Nesta nova fase, que era do capitalismo monopolista, vários capitais podiam ser agrupados na empresa. Os capitalistas podiam investir na empresa comprando títulos detentores que lhes dava direito a um rendimento sobre a empresa, dando a

eles maior flexibilidade, pois seu capital não ficava imobilizado, pois podiam vender seus títulos a qualquer momento (Hilferding, 1985, pp. 112, 113).

A existência das sociedades anônimas criava uma situação na qual um capitalista podia controlar o capital de vários outros. O acionista majoritário de uma empresa poderia manter o seu controle possuindo apenas metade do seu capital. Este controle sobre o capital alheio aumentava quando uma SA era proprietária de outras SA's, porque o dono da empresa principal podia controlar as subsidiárias possuindo uma porcentagem destas últimas inferior à metade. Outra característica das SA's seria a não dependência do tamanho de um capital individual e da acumulação interna para o crescimento. A empresa deixava assim de ser limitada pelo capital pessoal de um capitalista, uma vez que poderia atrair o capital de vários outros (Hilferding, 1985, pp. 122, 123).

Como dito, o crescimento das empresas não dependia mais da acumulação interna, tendo em vista que poderia emitir ações para conseguir o capital que necessitasse, bem como conseguir crédito. Nas empresas individuais o crédito deveria se limitar ao capital circulante, porque se fosse imobilizado em capital fixo, perderia seu caráter de empréstimo, que deve voltar para o prestador. Nas sociedades anônimas ele poderia ir além do montante necessário para o capital circulante, podendo mesmo ser imobilizado, pois a qualquer momento poderiam ser emitidas ações para reembolsar o empréstimo (Hilferding, 1985, p. 127).

Outra transformação importante foi a mudança do papel dos bancos, e a formação do que Hilferding chama de capital financeiro. Em primeiro lugar os bancos, ao mesmo tempo em que permitem a concentração industrial em trustes em cartéis, ao colocar o capital de vários capitalistas individuais à disposição das sociedades anônimas, também passam pelo processo de concentração e centralização, pois se não o fizessem poderiam cair na dependência dos cartéis industriais (Hilferding, 1912, apud Lenin, 1987, p. 46).

Em segundo lugar, os bancos mudaram de papel, evoluindo de simples intermediários para monopólios que podiam controlar o destino de vários capitalistas individuais. Na época do capitalismo concorrencial eles eram intermediários, que colocavam à disposição dos empresários industriais os fundos necessários para cobrir suas necessidades de capital de circulação, porque como foi dito anteriormente, era um risco para o prestador imobilizar seu capital. Desta forma, não era possível aos bancos dominarem estas empresas, pois o capital emprestado era apenas uma

pequena parte do capital total da empresa. Além disto, os bancos não possuíam meios para saber o que acontecia dentro da empresa, o que se tornava outro motivo para não emprestar a elas quantias além do capital circulante (Hilferding, 1912, apud Lenin, 1987, p. 35).

Ao concentrar o capital de vários capitalistas para investir na empresa o banco podia ter sob o seu controle um capital que ia muito além do possuído por um único capitalista industrial, e que só poderia ser posto à disposição deles por meio do banco. Além disto, por causa da forma que funcionavam as sociedades anônimas os bancos podiam saber o que acontecia dentro das empresas e fazer parte da tomada de decisões, tendo em vista que o banco podia possuir uma grande porcentagem de ações de várias empresas diferentes, o que lhe permitia ter um representante na administração destas. Desta forma, havia um controle dos bancos sobre a indústria. Porém, concomitantemente, os bancos começaram a depender da indústria, porque investir nela era a forma principal de reinvestir seus lucros, pois não podiam deixar seu capital imobilizado. Assim, com esta crescente interdependência entre capital industrial e bancário se formou o capital financeiro (Lenin, 1946, p. 46, apud Hilferding, 1912).

Em suma, o ponto fundamental é que a “finança” se estabeleceu enquanto uma fração de classe dentro da burguesia que ao centralizar uma grande soma de capital em suas mãos, além de ter meios para saber o que acontecia dentro de diferentes empresas e controle sobre suas decisões, dispunha do poder de comando sobre todo o conjunto da economia, não apenas da produção, como do consumo, a partir de sua política de vendas. Poderia dispor mesmo do Estado Burguês para chegar aos seus objetivos (Caio Prado Jr, 1957, p. 176). Assim, uma característica importante do capital financeiro era sua necessidade de dominação dos territórios, para explorar em seu proveito as diversas atividades econômicas para si, retirando uma parcela do lucro, o que teve profundas consequências nos países periféricos.

1.4 Divisão internacional do trabalho

A natureza fortemente expansiva do capitalismo foi um importante elemento determinante das relações entre os países do mundo. Segundo Bukharin, a partir do final do século XIX houve um processo de “internacionalização do capital”, que teve como consequência a estruturação de uma “economia mundial”, que nas palavras do autor seria um “sistema de relações de produção e de relações correspondentes de troca, que abarcam o mundo em sua totalidade”, estabelecendo relações entre os trabalhadores e capitalistas de países diferentes (Bukharin, 1984, p. 25). A principal causa da evolução da economia mundial foi o grande desenvolvimento das forças produtivas do período, além das melhorias nas comunicações e nos transportes (Bukhárin, 1984, p. 27).

O avanço da economia mundial engendrou uma divisão internacional do trabalho, em que havia de um lado, países com uma indústria moderna, e do outro, países essencialmente agrários. O elemento preponderante para a existência desta divisão é o desenvolvimento desigual entre indústria e agricultura. A indústria das nações avançadas cresceu aceleradamente no período histórico considerado, por causa dos enormes progressos técnicos proporcionados pela Segunda Revolução Industrial, e pela própria orientação do sistema, de constante ampliação. Assim, a necessidade de matérias-primas e alimentos, em sua maior parte produtos primários se expandiu (Bukharin, 1984, p. 82).

No entanto, o desenvolvimento da agricultura não acompanhou o da indústria. Para Lenin, apesar do problema de superprodução de capital ser constante na indústria, não interessava aos capitalistas escoarem o seu excesso investindo na agricultura:

Certamente, não deveria levantar-se a questão do excedente de capitais se o capitalismo pudesse desenvolver a agricultura, que, atualmente, se atrasa por toda a parte em relação à indústria, se ele pudesse elevar o nível das massas populares que, a despeito de seu vertiginoso progresso técnico, permanecem por toda a parte oneradas pela subalimentação e pela indigência (...) Mas, se assim fosse o capitalismo não seria capitalismo, porque a irregularidade de seu desenvolvimento e a subalimentação das massas são condições e premissa fundamentais, inevitáveis desse modo de produção (Lenin, 1987, pp. 60, 61).

Lenin relaciona esta discussão sobre o desenvolvimento desigual entre indústria e agricultura com a questão da exportação de capital, sobre a qual trataremos

em outro tópico. O aspecto que queremos ressaltar nesta parte é que esta disparidade se refletia no aumento do preço dos produtos primários, que não era acompanhada pela queda da demanda, tendo como resultado a compressão dos lucros industriais. (Bukharin, 1984, p. 84). Por isto, expandir seus territórios para áreas cujas condições naturais eram favoráveis a produção dos bens primários era indispensável à continuidade da acumulação. Não apenas expandir-se, mas dominar estas regiões, de maneira a ter favorecimentos na concorrência econômica internacional. Isto será um dos elementos fundamentais, mas não o único, que serão determinantes nas políticas coloniais das potências.

Os países que tinham na divisão internacional do trabalho este papel de fornecedores de matérias-primas, eram inseridos na economia mundial enquanto apêndices, tendo em vista que o impulso inicial para seu progresso era externo a si, originados pela necessidade de matérias-primas dos países industriais. Esta condição impôs a estas nações muitas de suas características essenciais, o que é uma das questões fundamentais na análise de Caio Prado Jr, como veremos nos tópicos seguintes.

1.5 Expansão das fronteiras dos países centrais e suas políticas imperialistas

Para Bukharin, simultaneamente à internacionalização de capital, ocorreu um outro processo, que era contraditório ao primeiro: a nacionalização de capital (Bukharin, 1984, p. 72). Devido à natureza expansiva do sistema capitalista, aparentemente esta evolução era desfavorável ao seu funcionamento. Para o capital interessava ter um espaço econômico amplo, pois assim as unidades empresariais não teriam limites de tamanho, diminuindo custos, e poderiam transferir ramos de produção para lugares onde condições naturais fossem mais favoráveis e os custos de mão de obra menores. E as políticas protecionistas, que eram um dos principais condicionantes da nacionalização do capital, limitavam o espaço econômico, como mostra Hilferding ((Hilferding, 1985, p. 126).

Porém, por outro lado, o protecionismo criava uma vantagem competitiva às empresas nacionais, tendo em vista que criava uma condição de monopólio sobre o mercado interno. Com o mercado interno protegido para si, os problemas sempre presentes na indústria moderna, a superprodução de capital, que era vinculada a uma

superprodução mercantil; e o subconsumo, eram atenuados, embora não fossem extintos. Além disto, a política aduaneira auxiliava o escoamento da produção no mercado externo, era uma arma de penetração dos seus setores industriais mais fortes no exterior. Ao dominar o mercado nacional, era possível aumentar os preços internamente para diminuir-los no exterior, de forma a enfrentar os outros competidores (Bukhárin, 1984, p. 68).

Logo, não interessa ao capital financeiro acabar com o protecionismo, mesmo com os problemas causados por ele, assim a solução encontrada por eles é a de aumentar o máximo possível o espaço econômico sob o seu controle. Desta forma, os monopólios podem se beneficiar de territórios amplos, que permitem tanto o escoamento de suas mercadorias e capital, como fontes de matéria-prima, ao mesmo tempo que possibilita o domínio destes espaços. Nas palavras de Bukharin:

Se antigamente, na época do livre-câmbio, era suficiente introduzir as mercadorias nos mercados exteriores – e essa operação econômica bastava para dar satisfação aos capitalistas do país exportador – hoje, *os interesses do capital financeiro exigem, antes de tudo, a expansão do território nacional, isto é: ditam uma política de conquista, de pressão direta da força militar, de anexação imperialista.* (...) É esse, na realidade, o fruto dos interesses do capital financeiro: infiltrando-se em todos os poros da economia mundial, ele cria, ao mesmo tempo, uma tendência violenta ao isolamento dos corpos nacionais e à formação, como instrumento de consolidação de seu monopólio, de um sistema econômico capaz de bastar a si mesmo. *Assim, paralelamente à internacionalização da economia e do capital, opera-se um processo de aglutinação nacional, de nacionalização do capital* – processo prenhe de consequências (Bukharin, 1984, pp. 71, 72).

Desta forma, há uma tendência para que a concorrência aos poucos seja suprimida dentro das fronteiras das nações desenvolvidas, com o conjunto da atividade econômica caindo sob o controle de uma oligarquia financeira. Porém, por diversos motivos que não nos cabe explicar, mesmo que houvesse uma tendência à supressão da concorrência dentro das fronteiras nacionais, isso era mais difícil de acontecer no plano mundial. O resultado desta situação era um acirramento da concorrência internacional, colocada agora em um plano mais elevado, porque ao contrário do que acontecia durante a época do capitalismo concorrencial a concorrência não ocorria mais entre firmas individuais, mas entre gigantes monopolistas, cujo desejo de expansão entrava em choque com os demais. Esta concorrência era o resultado da contradição entre a nacionalização e a internacionalização do capital (Bukharin, 1984, p. 72).

A intensificação da competição internacional terá consequências profundas para a periferia, tendo em vista que seus territórios se tornaram o cenário desta concorrência, e por condições históricas diversas, que serão tratadas no próximo capítulo, eram vulneráveis à ação do capital financeiro, cujo principal objetivo era o seu controle. (Prado Jr, 2012, p. 278). Esta dominação pode ser direta, por meio da dominação política de uma região, o que é a forma preferida do capital financeiro, por lhe permitir um controle mais efetivo; ou indireta, por meio de comando da vida econômica de nações independentes, como era o caso do Brasil, objeto de estudo de Caio Prado Jr (Bukharin, 1984, p. 38).

A este formato de política de dominação das nações periféricas é dado o nome de imperialismo, objeto de estudo de vários autores na tradição marxista, incluindo Caio Prado Jr, que o estudou para entender seus impactos em países da natureza do Brasil. Como mostra Lenin o imperialismo não pode ser comparado com políticas imperiais de outros períodos históricos, não apenas aquelas do mundo antigo, por exemplo, como as do Império Romano, mas também as de outros momentos do capitalismo, como os da era do capitalismo comercial. Mesmo que se apresentem da mesma forma, ou seja, pela conquista militar ou econômica de regiões menos desenvolvidas, sua essência é específica deste momento histórico (Lenin, 1987, p. 81).

Resultado da luta entre monopólios nacionais, que não apenas desejam expandir seu território econômico, como preferem que este território esteja sob seu domínio exclusivo, pois assim não terão problemas por causa de concorrentes, o imperialismo é a política do capital financeiro. Além disto, o próprio domínio sobre o território é uma arma na concorrência, porque não permite que os concorrentes tenham acesso a importantes fontes de matéria-prima, ou a espaços propícios para a exportação de mercadorias e capital (Lenin, 1987, p. 83).

Em suma, para autores marxistas, o imperialismo era uma maneira da indústria moderna dos países centrais lidarem com os problemas inseparáveis do capitalismo, que decorriam do fato de precisarem expandir sua produção de forma contínua. Seria “uma extensão pelos capitalistas industriais daquela forma de produção de mercadorias na qual o próprio trabalho se torna uma mercadoria” (Barratt Brown, 1978, p. 45). Assim, a exportação de capital se tornou preponderante em relação a de mercadorias, porque podia ser vista como uma maneira de extrair a mais-valia da

classe trabalhadora dos países que recebem seus fluxos por parte dos capitalistas dos países exportadores, o que será explicado no próximo tópico.

1.6 Exportação de capital – ponto de vista dos países centrais

Como foi visto nos tópicos anteriores, a característica essencial do sistema capitalista era sua necessidade de expansão constante, o que gerava somas avultadas de excedente de capital que precisavam encontrar algum tipo de aplicação. As políticas imperialistas eram uma maneira de lidar com estas questões, e estavam estreitamente vinculadas à necessidade de exportação de capital. Na definição de Hilferding:

Entendemos por exportação de capital a exportação de valor destinada a gerar mais-valia no exterior. Nisso, é essencial que a mais-valia fique à disposição do capital interno. Se, por exemplo, um capitalista alemão emigra para o Canadá com o seu capital, produz ali e não retorna mais a seu país, isto significa prejuízo para o capital alemão, isto é, desnacionalização do capital; não se trata de exportação, mas de mera transferência de capital. Esta transferência constitui uma diminuição do capital nacional e crescimento do estrangeiro. Somente se pode falar de exportação de capital quando o capital empregado no exterior permanece à disposição do país investidor e quando os capitalistas nacionais podem dispor da mais-valia produzida por este capital no estrangeiro. Este capital forma então uma partida no “balanço da dívida ativa” nacional, a mais-valia anualmente vencível no balanço de pagamentos. Portanto, a exportação de capital reduz a quantidade nacional de capital e aumenta a renda nacional pela mais-valia produzida (Hilferding, 1985, p. 296).

Assim, a exportação de capital está relacionada com a superacumulação capitalista em algumas regiões de capitalismo maduro, de forma a expandir a valorização de seu capital. Como exposto anteriormente, o primordial para o capital financeiro era aumentar ao máximo o espaço econômico sob o seu controle, de forma a escoar o seu excesso de capital e de mercadorias, ganhando assim vantagens na concorrência. Por isto, na fase imperialista do capitalismo, os investimentos externos que convergiam para a periferia, apesar de originar o desenvolvimento de suas forças produtivas, possuíam uma natureza profundamente distinta dos praticados em fases anteriores, como por exemplo, os que contribuíram para o progresso das nações de capitalismo retardatário. Neste caso, havia certa homogeneidade entre as nações

emissoras e as receptoras destes fluxos, que eram facilmente absorvidos e desnacionalizados. (Prado Jr, 1957, p. 92)

No entanto, sob o domínio do capital financeiro era fundamental que o “capital empregado no exterior permanece à disposição do país investidor”, em razão de que havia a necessidade de manter o domínio sobre as bases de extração de mais-valia. Assim, a relação entre as nações emissoras e receptoras dos investimentos é essencialmente desigual, o que é particularmente visível quando são executados em regiões periféricas do globo. Tais regiões são englobadas na economia mundial não de forma homogênea, mas dependente, o que teve consequências profundas em seu desenvolvimento, como será desenvolvido a seguir.

Para autores da tradição marxista, a exportação de capital era uma das tendências contrárias à tendência decrescente da taxa de juros, e ocorria não apenas porque não encontrasse aplicações no interior das fronteiras nacionais, mas porque as oportunidades de lucro no exterior eram maiores (Bukhárin, 1985, p. 87). Nas palavras de Lênin:

(...) o desenvolvimento desigual das massas são as condições e as premissas básicas, inevitáveis, deste modo de produção. Enquanto capitalismo for capitalismo o excedente de capital não é consagrado à elevação do nível de vida das massas do país, pois significaria a diminuição dos lucros dos capitalistas, mas ao aumento desses lucros através da exportação de capitais para o exterior, para os países atrasados. Nestes países atrasados o lucro é em geral elevado, pois os capitais são escassos, o preço da terra e os salários relativamente baixos, e as matérias-primas baratas (Lenin, 2008, p. 62).

Em outras palavras, Lenin relaciona a exportação de capital com a geração constante de um excedente de capital pelo próprio funcionamento do sistema capitalista, por um lado, e a diminuição relativa da capacidade de consumo da classe trabalhadora, de outro. O excedente gerado não poderia ser investido “consagrado à elevação do nível de vida das massas do país”, logo era exportado para o exterior das fronteiras nacionais, em especial para a periferia, em busca de superlucros coloniais. Além disto, havia outra causa para a exportação de capital, segundo Bukhárin, que era o aumento das práticas protecionistas, que se fortaleceram não apenas entre as nações do centro do sistema capitalista, mas pelas periféricas, para proteger suas economias da concorrência internacional, cada vez mais impetuosa. As tarifas aduaneiras incidiam sobre as taxas de lucros dos exportadores de mercadorias, mas eram um grande incentivo à exportação de capital, pois assim as empresas que antes

exportavam uma mercadoria pronta para um país, agora a produzia no interior de suas fronteiras nacionais, sendo beneficiada por suas tarifas (Bukhárin, 1984, p. 89).

É imprescindível assinalar que a exportação de capital, principalmente quando feita para países periféricos, vinha acompanhada de algumas vantagens concedidas ao país exportador. No caso dos empréstimos públicos, isto era especialmente visível, uma vez que era uma forma de investimento estrangeiro herdada de períodos pré-imperialistas, e que nas palavras de Caio Prado Jr “tornar-se-á depois menos interessante, pois limita muito a ação do capital financeiro”. No entanto, sob o imperialismo seu papel se alargou, estando associado com o caráter de dominação do capital financeiro, pois nas palavras de Bukharin:

Por ocasião de um empréstimo governamental ou comunal, não se deve crer que o país credor receba apenas os juros desse empréstimo. Geralmente o acordo prevê um enorme número de obrigações – e, em primeiro lugar a obrigação de fazer encomendas (armas, munições, navios de guerra, material rolante etc.) – ou a outorga de concessões para a construção de vias férreas, de trâmueis, a instalação de vias telegráficas e telefônicas, a construção de portos, a exploração de minas, de florestas etc. Essas medidas são estipuladas diretamente como condição da cláusula do empréstimo ou constituem a sequência lógica da “marcha dos acontecimentos” (...) Além das encomendas e das concessões, podem ainda colocar-se como condições necessárias para a conclusão de um empréstimo certas vantagens a incluir nos tratados comerciais (Bukhárin, 1984, p. 90).

Adicionalmente, há a exportação de capital feita diretamente por empreendimentos industriais e bancários, que como Bukharin mostra, “significam por si mesmas certa demanda de mercadorias e desenvolvem, ademais, por sua atividade, um mercado que, em boa parte dependem delas.” (Bukharin, 1984, p. 90). Em outras palavras, este tipo de investimento incitava a demanda de produtos industriais, e trazia consigo o crescimento das exportações de mercadorias dos países centrais. Isto era relevante, tendo em vista que era uma forma de escoar o excesso de produção de mercadorias que era uma consequência da superacumulação de capital. É importante lembrar que as empresas investidoras eram “financiadas por grandes bancos ou consórcios bancários, que dispunham de uma potência econômica considerável” (Bukharin, 1984, pp. 90, 91). Ou seja, eram capazes de ter sob seu controle amplos setores da vida econômica dos territórios para onde se transferiam.

Em resumo, a exportação de capital era uma forma de lidar com a questão da geração constante de um excedente de capital de um lado, e a diminuição relativa do poder de consumo da sociedade de outro, de maneira a aumentar o território econômico sob o domínio do capital financeiro internacional. A exportação de capital

realizada na era do capital financeiro para a periferia tinha uma natureza de dominação destes territórios, de modo a transformá-los em zonas seguras de investimento, com o objetivo de escoar o excesso de capital produzido nas áreas de capitalismo maduro. Isto teve consequências profundas em nações periféricas, como será visto na segunda parte do trabalho.

1.7 Conclusão

Como vimos até aqui, os autores marxistas que investigaram a questão do imperialismo, partiram da análise das próprias contradições do sistema capitalista, ou seja, do fato que o seu próprio funcionamento e necessidade de expansão constante causa perturbações. Assim, existiria uma contínua criação de capital, que esbarrava em dificuldades cada vez maiores de se reproduzir. Na era do capital financeiro estas dificuldades se tornaram agudas, o que tornou muito importante a expansão para novos territórios, que pudessem servir de escoadouro para o excedente de capital criado. Era fundamental que existisse o domínio sobre estes territórios, o que era um recurso na concorrência econômica, que era progressivamente mais predatória conforme aumentava o grau de concentração das empresas dos países centrais.

Assim, nesta nova fase do capitalismo internacional a exportação de capital ultrapassou a importância da de mercadorias, sendo uma das maneiras de atacar a lei da tendência decrescente da taxa de lucros, que Marx previu em sua obra. A exportação de capital trazia consigo uma forma diferente de apropriação da mais-valia das nações periféricas, modificando as relações entre estas e as nações que estavam no centro do sistema capitalista. Para Caio Prado Jr, se antes a expansão para a periferia tinha como objetivo apenas a venda de produtos industriais, agora o capital financeiro explorava “em seu proveito as diferentes atividades econômicas do universo” (Prado Jr, 2012, p. 271). Em um país de origem colonial, como o Brasil, e cuja própria formação está intrinsecamente relacionada com as nações em que se desenvolveram o imperialismo estas mudanças tiveram resultados extremamente relevantes, como veremos a seguir.

Capítulo 2

Imperialismo e exportação de capital: fluxos de exportação de capital na formação econômica do Brasil

Introdução

Para Caio Prado Jr, a questão do desenvolvimento econômico brasileiro deveria ser analisada sob um ponto de vista histórico, que em suas palavras seria uma “sistematização da experiência coletiva do homem e elaboração teórica dela com vistas à orientação e condução da ação humana” (Prado Jr, 1989, p. 17). No caso brasileiro em especial, a história era algo vivo, presente no cotidiano, uma vez que “há que acrescentar o pequeno recuo do tempo de nossa história, e a intensidade com que por isso um passado ainda tão recente pesa na situação atual cuja análise e interpretação não podem prescindir de suas premissas históricas” (Prado Jr, 1989, p. 16). Em outras palavras, em um país como o Brasil, em que os problemas do presente estão intimamente interligados com o seu passado, compreender a história seria uma condição essencial para solucionar estes problemas.

O ponto principal da obra do autor seria a compreensão da transição do Brasil entre um país de herança colonial, ou seja, um território ocupado com o fim prioritário de gerar lucro para o comércio europeu, em que havia um desinteresse às necessidades da coletividade que aqui se formou; e uma “nação”, ou seja, um território autônomo, cuja organização do sistema econômico estava voltada essencialmente para o atendimento destas necessidades. Nas palavras do autor:

É assim que se há de abordar a realidade brasileira atual, o que leva a considerá-la como situação transitória entre, de uma lado, o passado colonial e o momento em que o Brasil ingressa na história como área geográfica ocupada e colonizada com o objetivo precípua de extrair dessa área produtos destinados ao abastecimento do comércio e mercados europeus; e doutro lado o futuro, já hoje bem próximo, em que essa mesma e seu povoamento, afinal nacionalmente estruturados, comportarão uma organização e sistema econômico essencialmente e fundamentalmente para a satisfação das necessidades dessa mesma população que a ocupa, e capazes de assegurar a essa população um nível e plano de existência consentâneos com os padrões da civilização e cultura de que participamos (Prado Jr, 1987, pp. 81,82).

Nesse sentido, para o autor as raízes do subdesenvolvimento brasileiro eram consequência da posição que ocupava no sistema do capitalismo internacional, de caráter periférico e dependente, e na sua incapacidade de superar os resquícios de

seu passado, que o colocavam na posição de simples apêndice, cujos impulsos para o desenvolvimento fugiam completamente de seu controle. Assim, o principal setor da produção brasileira era aquele voltado para a exportação, que era extremamente especializado, pois se constituía em fornecer alguns poucos bens primários que eram necessários no comércio internacional no momento. No caso destas condições internacionais mudarem, uma região inteira, cujos esforços econômicos estavam concentrados na produção de um bem, estava sujeita a entrar em decadência.

No entanto, a despeito da função primordial da economia brasileira ser o fornecimento de mercado externos, progressivamente se desenvolveram fatores que subvertiam este papel, sendo o principal a formação de um mercado interno. A partir do momento que este mercado ganhou proporções consideráveis, o que aconteceu com a abolição da escravidão e o advento do trabalho assalariado, foram criadas condições para a diversificação da produção. Com a maior parte dos recursos da economia voltados para o setor de exportações, muitos dos bens que eram consumidos pela população precisavam ser importados. Porém, o crescimento das exportações não acompanhava o crescimento da população e de suas necessidades, o que gerava fortes desequilíbrios na balança de pagamentos, que eram evitados com a produção interna destes bens.

Entretanto, esta época de fortalecimento do mercado interno coincide com as transformações do capitalismo internacional explicadas no capítulo anterior. A partir do século XIX, a concentração e centralização de capital nos países centrais do sistema capitalista atingiram níveis tão altos, que aprofundaram os dilemas inerentes a este sistema, expressos por uma acumulação excessiva. A exportação de capital para países subdesenvolvidos como o Brasil, a uma primeira vista, aparecia como uma maneira de escoar capital de perspectivas amplas, pois:

Para esses países lograrem um nível de desenvolvimento e de progresso econômico e tecnológico, mesmo que seja apenas aproximado dos grandes centros capitalistas da Europa e da América do Norte, fazem-se mister inversões consideráveis e prolongando-se por longo período de tempo. Não são exatamente oportunidades para inversões em novas atividades produtivas que faltam em áreas de tão baixos índices econômicos como aqueles que se encontram nos países subdesenvolvidos onde quase tudo em matéria de técnica e padrões modernos estão ainda por se realizar (Prado Jr, 1957, p. 191).

Assim, a principal questão para Caio Prado Jr era se a exportação de capital para países periféricos na era do capital monopolista tinha ou não a capacidade de

desenvolver estes países, ou seja, se atuavam no sentido de libertar o Brasil das amarras de sua herança colonial, ou a reforçavam. Para compreender esta questão é fundamental ter em vista as questões tratadas na primeira parte deste trabalho, ou seja, a relação com os investimentos feitos em nações periféricas e as questões de superinvestimento e superconsumo no interior das economias centrais.

2.1 Formação histórica do Brasil – “O sentido da colonização”

Como já foi dito, para Caio Prado Jr os problemas do Brasil do passado têm uma relação muito forte com o presente, e pode-se mesmo dizer que não foram resolvidos, apenas se reinventaram em novas roupagens. Assim, estudar as origens coloniais brasileiras era importante para compreender uma questão que se colocava na época que autor escreveu: o imperialismo, e a reação brasileira a sua ação. Para o autor, o imperialismo não encontrou grandes dificuldades ou choques violentos ao adentrar o território do Brasil, tendo em vista que sua própria formação estava intimamente ligada à mesma sociedade que gerou o Imperialismo. Nas palavras do autor:

Coisa muito diferente, está visto, ocorreu no Brasil, em cujo território descoberto e colonizado pelos europeus, se constituiu uma nacionalidade cujas raízes se situam no próprio complexo cultural, que daria origem, mais tarde ao imperialismo; e cuja organização econômica, social e política se plasmariam, por conseguinte, em função de circunstâncias e padrões que são os do mesmo sistema que daria, nos dias de hoje, no imperialismo. Em outras palavras, o processo de colonização brasileira de que resultariam o nosso país e suas instituições econômicas, sociais e políticas tem origem nessa mesma civilização e cultura ocidentais que seriam o berço do capitalismo e do imperialismo. São assim as mesmas circunstâncias que plasmariam por um lado a nossa formação, e deram de outro no imperialismo (Prado Jr, 1987, p. 80).

A ocupação brasileira se insere no contexto do capitalismo comercial e das grandes navegações europeias, e este fato lhe trouxe suas características essenciais. A colonização das Américas, em suas regiões tropicais e subtropicais, foi um fato relativamente inédito na história da humanidade, que foi o povoamento de uma região exclusivamente para fins mercantis, e toda as suas estruturas econômicas, políticas e sociais se conformarão a este fato. Nas palavras de Caio Prado Jr, a respeito do

açúcar, que foi a primeira atividade econômica continuada praticada em território brasileiro, e cujo modelo será muito parecido com as atividades que seguirão:

A agricultura propriamente comercial constitui exceção até época muito recente. E quando se instala a colônia brasileira, bem como outras colônias de origem semelhante, ela era ainda, como fato geral e normal, virtualmente desconhecida. Na generalidade dos casos, inclusive na Europa em que nos entroncamos, a mercantilização das atividades agrárias constitui fato moderno, e o comércio se insere aí numa economia agrária preexistente sob outras formas e já largamente desenvolvida. No Brasil, pelo contrário – e a diferença é considerável e de largas consequências – é a preexistência de um objetivo comercial que precisamente abre perspectiva para atividades agrícolas e estimula o estabelecimento e desenvolvimento delas. (...). Vejamos antes as consequências de ordem mais geral que resultam da originária e prematura da mercantilização das atividades econômicas fundamentais da colônia. São elas em especial a organização e estrutura específicas da agricultura brasileira que trarão a marca iniludível do objeto essencialmente comercial a que essa agricultura se destina. Isso desde a determinação da produção escolhida – que será de um gênero de grande expressão comercial na conjuntura internacional da época, como foi o caso do açúcar de cana, sem atenção a nenhuma outra consideração -, até o tipo e as dimensões das unidades produtoras, bem como as relações de produção e trabalho que nela se estabelecem (Prado Jr, 1989, pp. 52, 53).

Assim, uma atividade econômica com finalidade fundamentalmente mercantil precedeu a própria constituição de uma coletividade com necessidades próprias. Logo, todas as estruturas organizativas do Brasil colonial foram formatadas de forma a cumprir com aquele que era seu objetivo último: gerar lucros para o comércio europeu. Este objetivo não tinha relações com as necessidades da sociedade que aqui se formou, e legou para o país suas características mais essenciais (Prado Jr, 1989, p. 52).

Uma vez que o eixo de funcionamento da economia girava ao redor do abastecimento de mercados externos, um dos obstáculos mais profundos que se manifestou desde o início da história brasileira era a dificuldade de formar um mercado interno de monta, que pudesse servir de ponto de partida da organização de uma economia nacional. A primeira causa deste problema era o caráter profundamente desigual da sociedade brasileira. De um lado, havia o dirigente da produção, cuja origem era os europeus que só aceitariam vir para os trópicos em uma posição que criasse para si riqueza e poder, e cujo consumo era provido por meio de importações. Do outro, o trabalhador escravo, com um nível de vida baixíssimo, que custosamente seriam assimilados enquanto membros de uma sociedade nacional, tendo em vista que sua função se resumia a ser instrumentos de trabalho sem aspirações próprias. Por último, havia um grande excedente de população marginalizada, cujos padrões

de vida eram igualmente baixos. Além disto, os setores da economia tinham pouco encadeamento entre si, eram dispersos, ligados diretamente com os centros consumidores na Europa (Prado Jr, 1989, p. 71).

Outra dimensão desta função de abastecer mercados externos da produção era a extrema especialização de sua organização, o que era resultado do papel complementar que o Brasil ocupava em relação ao comércio internacional, que era o de fornecer alguns poucos bens que geravam grandes lucros naquele momento. Assim, uma grande parcela dos recursos econômicos era utilizada no cultivo de um número limitado de bens para o mercado externo, e como consequência, havia sérios embaraços à diversificação da produção, o que era requisito imprescindível para uma economia com bases nacionais, tendo em vista que conforme aumentava a população, aumentavam suas necessidades. Em síntese, o que deveria constituir, a uma primeira vista, a própria base de uma economia, que é prover os bens indispensáveis a sobrevivência de seus indivíduos, era relegado a segundo plano, o que era um embaraço adicional à constituição de um mercado interno (Prado Jr, 1989, pp. 63, 64).

Por último, outra decorrência da atribuição brasileira no comércio internacional, era que seu desenvolvimento era reflexo de impulsos exteriores a si, desenrolando-se a partir de arrancadas especulativas. Quando uma mercadoria estava em voga no mercado internacional, e havia condições favoráveis para sua produção em território brasileiro, uma avantajada quantidade de recursos era levantada para sua produção. Porém, quando a conjuntura internacional se alterava havia a decadência econômica de todo um setor:

Em tais condições, a economia brasileira não terá outros horizontes que monotonamente se repetir e evoluir através de sucessivos ciclos estreitamente subordinados à conjuntura internacional do mercado externo para um ou outro gênero primário de produção colonial. Ciclos esses em que uma fase de prosperidade momentânea é seguida e substituída por outra de declínio, decadência e, em casos extremos, até mesmo gradual decomposição econômica e social. Tais ciclos se repetem no tempo e no espaço ao longo de toda nossa evolução econômica que dentro de tão estreitas perspectivas se desenrola até as vésperas de sua emancipação política “ (Prado Jr, 1989, p. 72).

Estas condições engendravam uma natureza instável à economia colonial brasileira, sendo mais um entrave ao desenvolvimento a partir de um mercado interno. Em resumo, o Brasil foi ocupado desde seus primórdios para servir a interesses completamente estranhos aos de uma possível coletividade que pudesse se

estabelecer em seu território. Assim, os impulsos para seu desenvolvimento não eram criados internamente, mas no exterior. Em decorrência deste fato, este desenvolvimento era instável, sujeito a reversões, pois na economia mundial de que fazia parte o Brasil era apenas um apêndice. Logo, o principal desafio que foi colocado no decorrer da história brasileira era a superação dos entraves gerados por este passado colonial, de forma a formar uma economia nacional.

2.2 Os impulsos para a mudança: a formação de um mercado interno

Em um país dependente e cuja dinâmica da economia era reflexo de conjunturas internacionais favoráveis como era o caso do Brasil, de forma contraditória, o próprio impulso para a mudança desta situação provinha do exterior. O ímpeto crucial para o desmoronamento da estrutura colonial em que o Brasil se inseria foi o desenvolvimento do capitalismo industrial a partir do final da segunda metade do século XVIII, que nas palavras de Caio Prado Jr:

Referimo-nos ao capitalismo industrial, que assinala a complementação do processo de mercantilização dos bens econômicos, e em particular da força de trabalho, cuja inclusão generalizada no rol das mercadorias e caracterização como tal completa aquele processo que assim penetra no mais íntimo da atividade econômica que são as relações de produção (Prado Jr, 1989, p. 73).

O Brasil se inseriu na ordem internacional gerada pelo capitalismo industrial como produtor de bens primários para os grandes centros manufatureiros, tendo em vista que para sustentar seu crescimento a indústria demandava uma quantidade crescente de matérias-primas. Assim, a posição relativa do Brasil em relação aos grandes centros do capitalismo internacional era a mesma do passado, ou seja, a de um país periférico, com um papel complementar. Em decorrência, os obstáculos para sua consolidação enquanto uma nação livre e autônoma eram numerosos. No entanto, apesar de sua função se manter a mesma, era em relação a um mundo muito mais dinâmico, o do capitalismo, que como foi mostrado na primeira parte deste trabalho tinha uma necessidade de expansão constante. Logo, realizaram-se transformações profundas nas estruturas formadas nos três séculos de colonização brasileira (Prado Jr, 1989, p. 76).

Para Caio Prado Jr, eram quatro as grandes etapas deste processo de desmoronamento do passado colonial brasileiro em direção a um futuro, ainda não realizado, em que o Brasil pudesse se estruturar em bases autônomas: “a Independência política, a supressão do tráfico africano, e os dois corolários que daí derivam diretamente, a saber, a imigração de trabalhadores europeus a partir sobretudo do terceiro quartel do século passado, e a abolição do trabalho escravo. “ (Prado Jr, 1983, p. 83). A partir da Independência brasileira, nas palavras do autor:

A inspiração, orientação e direção do conjunto da vida brasileira se farão daí em diante a partir de seu próprio interior onde se localizarão seus estímulos e impulsos, o que torna difícil definir, propor e realizar as aspirações e interesses propriamente nacionais (Prado Jr, 1987, p. 83).

Desta forma, a emancipação política teve grande importância tanto por unificar em um todo único os diferentes fragmentos do território brasileiro, antes ligados diretamente a centros administrativos na Europa; como pelo estímulo à vida econômica representado pela ampliação das despesas públicas. As outras três etapas indicadas eram faces de uma mesma questão: a inadequação da manutenção do trabalho servil, em face da inserção do Brasil na economia mundial do capitalismo moderno. O trabalho escravo não se extinguiu imediatamente após a independência política, visto que o próprio fato de a administração da ex-colônia ter sido transferida para a classe dominante local, cujos privilégios estavam vinculados à manutenção da escravidão, proporcionava uma capacidade de resistir aos impulsos vindos do exterior, embora esta capacidade fosse limitada. (Prado Jr, 2012, p. 157)

A incongruência entre a necessidade de expansão intrínseca ao capitalismo e a ineficiência do trabalho escravo se fez sentir sem demora, contudo, trazendo grandes dificuldades à agricultura de exportação. A solução encontrada foi a imigração de trabalhadores assalariados europeus, que havia sido experimentada anteriormente, porém sem sucesso, entre outros motivos devido à mentalidade fortemente escravista da classe dominante brasileira em áreas de cultivo mais antigo, ainda sob viva influência do trabalho servil. O assalariamento se tornou prevacente nas regiões ocupadas na segunda metade do século XIX, como o oeste paulista, nas quais a classe dominante já havia adquirido um caráter capitalista. Assim, nas palavras de Caio Prado Jr:

Esse sistema não representa, em última instância, mais que o termo final do processo de mercantilização dos bens e das relações econômicas, o que se completa precisamente quando esse processo atinge e engloba a força de

trabalho transformada em simples mercadoria que se compra e vende. É isso precisamente que se verifica no Brasil com a abolição, pois os demais elementos estruturais da economia brasileira já eram de início de natureza essencialmente mercantil. (...) Deriva de tais circunstâncias o fato de o capitalismo encontrar no Brasil franqueado o terreno, *no que se refere às relações de produção*, logo que se aboliu o trabalho servil. Prova está no largo impulso das forças produtivas quando isso se fez, como se verifica no caso da lavoura e produção cafeeiras que se expandem consideravelmente apesar da desorganização momentânea do trabalho em consequência da brusca mudança do seu regime (Prado Jr, 1987, pp. 95, 96).

A grande relevância do fim da escravidão e da instituição do assalariamento enquanto regime de trabalho dominante foi a assimilação da classe trabalhadora brasileira, enquanto membros de uma coletividade nacional, nas palavras de Caio Prado Jr:

A sua integração na sociedade brasileira permitirá a amalgamação desta num todo homogêneo, eliminando o dualismo, irredutível por outra forma, do sistema implantado pela colonização, a saber, de um lado os dirigentes da empresa mercantil aqui montada e destinada a suprir com sua produção o comércio exterior, e de outro, os trabalhadores que dariam a essa empresa o esforço físico necessário à realização de seus fins, e que não passavam e que não passava e não devia passar disso: simples fornecedores de energia produtiva, nada mais que instrumentos de trabalho. Superava-se assim, definitivamente, a natureza e estrutura colonial da sociedade brasileira, abrindo caminho para a integração nacional (Prado Jr, 1987, pp. 84, 85).

Este processo, de absorção da classe trabalhadora, como mostra o autor, ainda estava em curso na época em que escreveu sua obra, e provavelmente ainda está, e foi relevante, em um ponto de vista econômico, por expressar a formação de um mercado interno que pudesse ser ponto de partida para a valorização capitalista em bases nacionais. Em outras palavras, a herança colonial brasileira criava uma dualidade no sistema econômico brasileiro, pois de um lado havia uma classe dominante com renda alta, mas numericamente reduzida, e de outro uma classe trabalhadora com renda extremamente baixa. Desta forma, nenhuma destas duas classes era capaz de criar demanda contínua para a atividade econômica interna. (Prado Jr, 1989, p. 87)

Desta forma, a mudança do regime de trabalho proporcionou “a ascensão paralela dos padrões materiais de grande massa demográfica, ou pelo menos perspectivas para essa ascensão” (Prado Jr, 1989, p. 88), ou seja, teve um grande poder de criação de demanda. O primeiro e mais aparente indício desta mudança foi o forte déficit no balanço de pagamentos, que teve como consequência a instabilidade cambial e as frequentes desvalorizações da moeda habituais no intervalo de tempo

estudado. Estes distúrbios eram sintoma de um desequilíbrio mais profundo: entre o papel tradicional da economia brasileira, direcionado para o mercado externo, e o novo, para o interno. Estas contradições foram o maior estímulo para a diversificação da produção, até aquele momento, extremamente especializada em alguns poucos bens primários para a exportação (Prado Jr, 1989, p. 87, 88).

2.3 A economia cafeeira e a especulação financeira

A agricultura para exportação experimentou seu ápice durante a República Velha, visto que uma série de fatores tanto internos como externo contribuíram para isto. Um dos motivos principais foi a substituição do trabalho escravo pelo assalariado, como tratamos no tópico anterior, que ao remover o último entrave à completa mercantilização da vida econômica brasileira, possibilitou um imenso desenvolvimento das forças produtivas. A grande evidência deste fato foi a decadência econômica experimentada pelas áreas de cultivo mais antigo de café, principalmente no Vale do Paraíba, que ainda eram intensamente dependentes de trabalho escravo, e a grande prosperidade do oeste paulista, onde o trabalho assalariado já havia se tornado dominante (Prado Jr, 2012, p. 207).

O capital financeiro exerceu um importante papel no grande desenvolvimento da lavoura do café, o principal produto de exportação da época, pois grandes somas de capital afluíram para todas as suas fases, desde a produção até o consumo (Prado Jr, 2012, p. 272). Além disto, houve grandes somas de investimento para o setor de serviços públicos, o que contribuía para o progresso do setor cafeeiro. Nas palavras de Caio Prado Jr:

Isso se verificou a princípio sobretudo em empresas de serviços públicos: estradas de ferro, serviços e melhoramentos urbanos, instalações portuárias, fornecimento de energia elétrica. Praticamente tudo que se fez nesse terreno desde a segunda metade do século XIX é de iniciativa do capital estrangeiro, ou financiado por ele (Prado Jr, 2012, p. 273).

No entanto, apesar da grande prosperidade, a economia cafeeira sentiu sem demora aquele que era seu principal problema: as crises de superprodução, que aconteciam porque a produção crescia muito mais rapidamente que a demanda, e este fato seria aproveitado pelo capital financeiro a seu favor. As depreciações

cambiais dissimulavam esta questão, e as oscilações da produção não permitiram que houvesse discrepâncias em relação à demanda realmente aniquiladoras até as vésperas da crise de 1929. Porém, as perturbações foram suficientemente fortes para que o capital financeiro as utilizasse em seu favor, pois era intermediário entre os produtores e o comércio internacional (Prado Jr, 2012, p. 229).

Houve um grande aumento dos cultivos a partir da década de 1890, logo as colheitas se tornavam cada vez maiores. Por dificuldades de financiar a manutenção de estoques, os produtores eram forçados a vender a safra aos comerciantes assim que a colhia, mesmo que a preços baixos. Os intermediários que, “em última instância não eram senão grandes casas financeiras e bancos internacionais que operavam na sombra” (Prado Jr, 2012, p. 230), armazenavam estes estoques até poder vendê-los no mercado internacional ao melhor preço possível. Assim, o capital financeiro, cujo poder econômico era incomparavelmente superior ao dos fazendeiros brasileiros potencializava a seu favor a diferença entre o valor de venda interno e externo (Prado Jr, 2012, p. 230).

Por isto, houve grande pressão por parte dos fazendeiros nacionais por uma intervenção no mercado que os amparasse e “não os deixasse na contingência de venderem precipitadamente a sua produção”, criando crédito para a manutenção de estoques (Prado Jr, 2012, p. 230). Porém, o plano que foi proposto e colocado em prática, a primeira política de valorização do café, de 1906, teve um caráter diferente, que nas palavras de Caio Prado Jr:

Optar-se-á por um expediente oportunista que consistirá em intervir no mercado com compras maciças para forçar a alta. É difícil averiguar hoje até hoje teriam as manobras de interesses ocultos contribuído para uma solução tão precária e de caráter especulativo. Os grandes proveitos que dela tirarão grupos financeiros que nada tinham de comum com os produtores, autorizamos, contudo, suposições verossímeis. Os produtores propriamente serão beneficiados, não há dúvida, embora momentaneamente apenas; mas a parcela maior de proveitos irá para eles. ” (Prado Jr, 2012, p. 230)

Assim, o capital financeiro foi o grande beneficiado mesmo de políticas que a uma primeira vista deveriam proteger os produtores de suas manobras especulativas. As sucessivas valorizações do café que se sucederam até a década de 1920, ainda que criassem uma aparente prosperidade ao setor, ao aumentar artificialmente os preços, tinham como resultado um acúmulo de estoques cada vez maiores, que ficavam nas mãos dos agentes financeiros, que assim podiam especular com eles. Embora os produtores tenham sido beneficiados por altas taxas de lucros nas fases

de estabilidade do setor, assumiram a responsabilidade de grandes dívidas, que durante a crise criou pesados encargos, não apenas a eles, mas a todo o conjunto da sociedade brasileira (Prado Jr, 2012, pp. 232, 233).

Não era apenas no setor cafeeiro que os capitalistas internacionais especulavam, mas em toda a vida financeira do país. Desta forma, o capital financeiro retirava para si uma primeira parcela dos lucros dos negócios mais rendosos do país, de forma a remunerar o seu capital empregado, ainda que às custas dos interesses da coletividade nacional. Isto era particularmente visível no caso das manobras para o aumento artificial de preços, e nas sucessivas valorizações do café, que ainda que beneficiassem os produtores nacionais em um primeiro momento, tinham como resultado o acréscimo contínuo de capacidade produtiva e de estoques, o que gerou grandes crises, cujo fardo coube a sociedade brasileira (Prado Jr, 2012, p. 272).

Além disto, sendo o Brasil apenas um apêndice e uma parte pequena do todo em relação a todas as atividades econômicas mundiais que o capital financeiro poderia explorar, os interesses das finanças em relação ao seu território estavam sujeitos a mudanças bruscas que poderiam prejudicá-lo, o que realmente aconteceu depois da Primeira Guerra. Nas palavras de Caio Prado Jr:

Até a Primeira Grande Guerra, os interesses financeiros internacionais estimulam o desenvolvimento da lavoura cafeeira no Brasil; uma nova direção dos principais interesses nesse setor favorece a concorrência de outras regiões produtoras, antes mais ou menos estagnadas ou mesmo em decadência, como a Colômbia, a América Central, as colônias, depois países africanos nominalmente soberanos; eles crescem em importância e o Brasil perde terreno (Prado Jr, 2012, pp. 278, 279).

Conseqüentemente, ao ser conservada com suas atribuições de exportadora de bens primários, a economia brasileira mantinha seu caráter instável e reflexo, o que a impedia de ter um desenvolvimento sólido e vigoroso, apoiado em suas próprias bases. A intervenção imperialista em seu território foi um dos fatores cruciais no sentido de mantê-la neste papel.

2.4 A indústria e o mercado interno

Para Caio Prado Jr o principal embaraço ao nascimento de uma indústria brasileira era a deficiência de mercados consumidores. Durante a maior parte da história brasileira a dispersão da população, além da utilização do trabalho escravo, que mantinha o conjunto dos trabalhadores brasileiros em níveis de vida muito precários, era um grande impedimento ao seu desenvolvimento. Ademais, o trabalho escravo mostrava-se ineficiente em face das necessidades da indústria moderna (Prado Jr, 2012, p. 175).

Assim, o início de seu surgimento foi verificado em fins do século XIX, quando o trabalho assalariado dava mostras de se tornar o dominante. O agrupamento das unidades industriais do período coincidia com as regiões onde a lavoura cafeeira teve seu maior desenvolvimento, o estado de São Paulo principalmente, porque era onde havia concentração de riqueza, e logo de mercado consumidor. Além disto, a presença do trabalhador europeu, de maior produtividade, foi uma circunstância essencial para seu progresso (Prado Jr, 2012, p. 260).

Desta forma, este primeiro surto industrial brasileiro estava fortemente relacionado com a formação de um mercado interno de proporções consideráveis, e a crescente dificuldade de abastecê-lo por meio de importações. Como foi dito anteriormente, uma das marcas essenciais da economia brasileira em sua etapa colonial era a sua extrema especialização, tendo em vista que seu principal propósito era fornecer alguns poucos bens primários para o comércio internacional. Como o mercado interno foi reduzido durante a maior parte da história brasileira, por causa da extrema penúria em que vivia o conjunto da população, formada basicamente de trabalhadores escravos e uma grande massa de população marginalizada, não existiam grandes desequilíbrios, pois as importações proviam apenas uma pequena elite, e assim não havia desproporção em relação às exportações (Caio Prado Jr, 1980, p. 63).

O advento do assalariamento enquanto forma de trabalho dominante, e o grande desenvolvimento das forças produtivas que o acompanhou tornou o crescimento do mercado interno e de suas necessidades de manufaturas mais acelerado do que o do setor exportador. A principal consequência foi o desequilíbrio do balanço de pagamentos, porque as divisas criadas pela exportação, principalmente

em seus momentos de crise, não eram mais suficientes para saldar as importações. Assim, era indispensável que parte dos recursos antes empregados na agricultura direcionada ao mercado externo fosse desviada para o interno. O surgimento da indústria foi o resultado de alcance mais considerável destes desequilíbrios (Prado Jr, 2012, p. 258).

Assim sendo, os setores que mais se desenvolveram neste primeiro momento da indústria brasileira eram aqueles relacionados ao abastecimento de bens de consumo assalariado, como o têxtil e o alimentício. Em um certo ponto de sua evolução converteu-se em um dos pontos de apoio da estabilidade financeira do país. Nas palavras do autor:

Chegada a esse ponto de desenvolvimento a indústria passara já a ocupar um lugar de grande relevo na economia do país. Uma boa parcela dos artigos manufaturados do seu consumo era de produção interna, dispensando assim importações correspondentes de artigos estrangeiros. Esse será um importante fator de equilíbrio das nossas contas externas e da normalidade financeira do país. É nessa conjuntura, aliás, que repousará em grande parte a indústria: tornara-se um elemento indispensável ao funcionamento normal da economia brasileira que já não poderá mais dispensá-la sem um distúrbio profundo de todo seu equilíbrio. Isso dará à indústria uma grande segurança; mas terá ao mesmo tempo consequências muito graves. A indústria poderá repousar, e faltar-lhe-á o estímulo suficiente para um apreciável progresso qualitativo (Prado Jr, 2012, p. 262).

Para Caio Prado Jr, dessa forma, a pequena indústria surgida neste período, do mesmo modo que as demais atividades econômicas que despontaram para o suprimento do mercado interno, não tinha capacidade de se tornar ponto de partida da valorização capitalista, porque sua expansão acontecia nas brechas daquele que se mantinha o principal setor da economia: a agricultura para a exportação. Assim, a indústria era parasitária, sem o estímulo da concorrência, porque só existia por causa das dificuldades em manter a classe trabalhadora ocupada no setor exportador com as divisas geradas por este próprio setor. Além disto, os desequilíbrios no balanço de pagamentos que a protegiam da concorrência externa, ao mesmo tempo a tornavam obsoleta, porque dificultavam a importação de maquinaria moderna (Prado Jr, 2012, p. 262).

Outro fator desfavorável ao desenvolvimento da indústria brasileira era a deficiência da acumulação capitalista interna. Por causa do “baixo nível econômico do país, e, sobretudo deficiências estruturais ” (Prado Jr, 2012, p. 263) a concentração de capital era frágil e vagarosa. Ademais, havia grandes entraves à centralização de capital, uma vez que não existiam estratos significativas da população com

prosperidade o suficiente para formar um mercado de capitais. Assim, a indústria brasileira derivada de capitais acumulados internamente teve princípios modestos, e grande fragilidade frente às contrariedades advindas do setor exportador (Prado Jr, 2012, pp. 265, 266).

Desta forma, o setor mais resistente da indústria em sua primeira fase era o das filiais de empresas estrangeiras, que se deslocaram para o território brasileiro principalmente depois da Primeira Guerra Mundial. Estas corporações já vendiam seus produtos no Brasil anteriormente, e introduziram fases de sua fabricação no interior das fronteiras nacionais para contornar a questão das tarifas alfandegárias. Ou seja, para se aparelhar melhor para a realização de suas vendas, de forma a ter vantagens da atividade econômica nacional. O poder financeiro destas empresas, que estavam ligadas a grandes bancos, era incomparavelmente maior que o dos empreendimentos nativos, o que criava a elas privilégios. Assim, o papel do capital financeiro foi decisivo na configuração da indústria brasileira, o que será mais visível depois da Segunda Guerra Mundial, mas já mostrava seus primeiros sinais na época compreendida por este trabalho (Prado Jr, 2012, pp. 266).

Em síntese, para Caio Prado Jr, o pequeno surto industrial ocorrido durante a República Velha, assim como as demais atividades voltadas para o mercado interno estava relacionado com os desequilíbrios entre função agrário-exportadora da economia brasileira e a o surgimento de um mercado interno, que decorria da própria atividade exportadora. Neste primeiro momento, a acumulação nestes setores da economia era muito precária, o que favoreceu a influência do capital financeiro.

2.5 Exportação de capital – ponto de vista das economias periféricas

Como vimos nos tópicos anteriores, o Brasil atravessava grandes transformações no período assinalado, sendo que as que tiveram consequências mais profundas no desenvolvimento posterior do país foram as que proporcionaram a formação de um mercado interno. No entanto, esta metamorfose estava intimamente conectada com as que se realizavam no âmbito mais geral da economia mundial, o que era singularmente relevante no caso brasileiro, visto que a posição que ocupava neste conjunto era subordinada, e logo, extremamente sensível aos estímulos vindos nas nações centrais.

Na primeira parte deste trabalho tratamos a respeito do feito que a concorrência intercapitalista foi tomando a partir do final do século XIX, que estava relacionado com a necessidade de encontrar novas aplicações ao excedente de capital gerado em países de capitalismo maduro. Assim, a exportação de capital para países de origem colonial como o Brasil mostrava-se atraente, de forma a aumentar as bases de extração de mais-valia do capital internacional. Como foi dito na primeira parte deste trabalho, este tipo de investimento tinha como pressuposto que a “mais-valia ficasse à disposição do capital interno”, ou seja, que o país investidor recebesse a remuneração pelo seu capital, mesmo que a valorização acontecesse no interior das fronteiras de outros países (Hilferding, 1985, p. 296). Em sua análise Caio Prado Jr enfatizava a necessidade desta remuneração ser feita em moeda internacional, cuja maior disponibilidade em economias da mesma natureza que o Brasil era o setor exportador (Prado Jr, 1957, p. 193)

Assim, estes investimentos podiam causar grandes desequilíbrios na balança de pagamentos dos países periféricos, que apenas poderiam ser evitados quando eram feitos na própria atividade exportadora, como o café, no caso brasileiro. Como mostra Caio Prado Jr, entretanto, este tipo de aplicação de capital não apresentava grandes perspectivas para a manutenção da acumulação no ritmo acelerado requerido para escoar o excedente de capital produzido pelos países de indústria moderna. Este era o tipo de investimento externo que foi prevaemente no período histórico considerado no Brasil, o da República Velha, e os setores da economia que mais os receberam foram o das atividades exportadoras e os de utilidades públicas, como ferrovias ou iluminação, que eram fundamentais para manter o funcionamento do setor principal da economia (Prado Jr, 1957, p. 196).

Todavia, como mostramos nos tópicos anteriores, o surgimento de um mercado interno em países como o Brasil decorria do próprio movimento da atividade exportadora. A utilização de mão de obra servil se convinha aos interesses dos comerciantes internacionais na era do capital comercial, era incompatível com o capitalismo moderno. A disseminação de relações de produção tipicamente capitalistas para as regiões periféricas do globo, como o Brasil, e a conclusão do processo de mercantilização de sua produção eram, portanto, funcionais ao capitalismo industrial. Isto acontecia ao aumentar a produtividade de maneira a permitir que a acumulação se processasse na marcha necessária para o fornecimento dos bens primários consumidos pelos centros industriais, além de transformar estes

territórios em escoadouros seguros para a superacumulação ocorrida nas nações centrais.

Tal como mostra Caio Prado Jr, a evolução para o capitalismo financeiro que ocorreu no decorrer do século XIX modificou “as relações primárias e muito elementares entre as grandes nações capitalistas e os demais povos do universo” (Prado Jr, 2012, p. 271), isto é, mudou a forma de apropriação da mais-valia produzida em países periféricos. Nas palavras do autor:

Substituiu-se o simples objetivo de vender produtos industriais, a ampla expansão do capital financeiro que, sob todas as modalidades, procurará explorar em seu proveito as diferentes atividades econômicas do universo. (...) Este sistema em que se enquadrará o Brasil, como todos os demais países e povos, servirá o capital financeiro (ou antes, os diferentes grupos que o detêm) de muitas formas, todas ligadas e articuladas entre si: 1º) Permitirá a participação dele em todas as atividades econômicas mundiais, facultando-lhe em maior ou menor proporção a margem de lucro que oferecem; 2º) Abrirá mercados para a indústria nacional respectiva, permitindo sua expansão sem prejuízo da exploração da mais-valia interna; 3º) Porá à disposição dessa indústria as matérias-primas de que necessita e cuja produção se espalha fora de suas fronteiras nacionais (Prado Jr, 2012, p. 271).

Para alcançar estes propósitos, o capital internacional tinha a necessidade de certo aparelhamento nas nações periféricas em que investia, como já foi dito, o que era acompanhado de algum progresso econômico, além do crescimento do mercado interno. Em decorrência, a formação de um mercado interno no Brasil, apesar de ser um passo importante na sua história, e na superação de seu passado colonial estava conectada a sua funcionalidade para o capital financeiro, e apenas por coincidência era compatível com os interesses da sociedade nacional (Prado Jr, 2012, p. 274).

Como já salientando, conforme se desenvolvia, o mercado interno criava desequilíbrios, que desviavam parte dos recursos internos para seu suprimento. Na industrialização posterior à Segunda Guerra Mundial o capital financeiro utilizou este fato a seu favor, porque este mercado se tornou o centro de seus investimentos. Mas mesmo anteriormente, este setor, em especial a indústria, foi alvo de investimento externo, o que era uma das facetas da política de vendas destas empresas, pois assim, poderiam se beneficiar das particularidades da atividade econômica brasileira. Este setor da atividade econômica não criava, entretanto, as divisas necessárias para a remuneração do capital estrangeiro, o que agravava os déficits crônicos no balanço de pagamentos brasileiro. De fato, o ajustamento das contas externas é mesmo pouco possível, dado que não há relação entre cada um de seus elementos, e apenas

podiam ser dissimulados quando havia forte afluxo de entrada de capitais, o que devido à natureza instável dos investimentos do capital financeiro internacional, para o qual o Brasil era apenas a parte de um todo mundial, sendo que seu interesse era que seu capital tivesse grande liberdade para locomover-se para onde tivesse melhores perspectivas de lucro.

Portanto, para Caio Prado Jr, da ação imperialista em território brasileiro significava a renovação da dependência em outras bases. Os interesses internacionais em relação ao Brasil, que em períodos anteriores do desenvolvimento capitalista eram simplesmente comerciais, ou seja, o de vender produtos industriais, foram alargados, e foram substituídos pela “ampla expansão do capital financeiro”, que “procurava explorar em seu proveito as diferentes atividades econômicas do universo” (Prado Jr, 2012, p. 271). Assim, esta nova forma de apropriação de excedente gerado pela atividade econômica trazia consigo algum desenvolvimento capitalista, porém apenas se não ultrapassasse os limites dados pelas necessidades do capitalismo internacional.

2.6 Conclusões

Para Caio Prado Jr, as adversidades do Brasil de sua época evocavam seu passado, que precisava ser compreendido para resolver de forma adequada as questões do presente. Para ele a sua natureza subdesenvolvida estava relacionada à sua posição na economia mundial, que era dependente, e esta dependência era a renovação de sua herança colonial, e de seu papel de produzir para mercados alheios ao seu. Assim, a função de abastecer mercados externos da economia brasileira era anterior a formação de uma coletividade nacional. Logo, o grande desafio do desenvolvimento econômico brasileiro era superar esta herança, de forma de fortalecer o mercado interno, estabelecendo-o enquanto ponto de partida e de chegada da valorização de capital

Assim, a exportação de capital na era do capital financeiro teve uma função ambígua na superação desta herança. Por um lado, os grandes investimentos realizados em território brasileiro tiveram como consequência um grande progresso das forças produtivas e aumento da riqueza nacional, além de um crescimento sem

precedente do mercado interno. Porém, por outro lado, a exploração da atividade econômica nacional feita por estes empreendimentos, e a sua necessidade de remuneração em moeda internacional, trazia consigo grandes instabilidades ao funcionamento da economia, e mesmo o fortalecimento da função de produzir para mercados externos. Desta forma, a suplantação da dependência externa, e logo da herança colonial, não pode ser separado da problemática do imperialismo.

Considerações Finais

Para Caio Prado Jr, há uma conexão profunda entre o sentido da história brasileira e o desenvolvimento do capitalismo moderno. Como uma economia que servia de apêndice às economias centrais do sistema, as transformações no plano internacional eram sentidas de forma aguda pelo Brasil. Esta condição reflexa em relação às nações do centro do sistema estava inscrita na própria formação brasileira, cuja ocupação estava intrinsicamente ligada com as civilizações que engendraram o capitalismo industrial, e o que foi chamado por Lenin, de sua “fase superior”, o imperialismo.

Assim, as transformações aceleradas no plano da economia mundial a partir das últimas décadas do século XIX tiveram impactos significativos no Brasil, tendo em vista que aprofundaram os laços de dependência entre centro e periferia. Como mostrado, os interesses do capital internacional em relações a territórios de origem colonial, que antes do imperialismo, eram simplesmente expandir mercados para a sua indústria, depois de seu estabelecimento ampliaram-se. Agora, o capital financeiro explorava todo o conjunto de suas economias para si, de forma a retirar para si parte dos lucros das atividades econômicas.

As consequências para o Brasil foram muito importantes em seu desenvolvimento, dado que para completar seus objetivos, o capitalismo financeiro precisava de algum desenvolvimento das forças produtivas em seu território. Além disto, houve o término do processo de mercantilização da vida econômica brasileira, com a implantação do trabalho assalariado, o que representou um passo importante no desenvolvimento brasileiro, com a formação de um mercado interno.

A conversão deste mercado interno em ponto de partida para a valorização capitalista realizada em território brasileiro, era essencial na superação do que Caio Prado Jr chamava de “o sentido da colonização”, ou seja, a imposição à economia brasileira da obrigação de fornecer bens para mercados externos, o que lhe trazia todas as suas características essenciais. No entanto, apesar de ser um movimento fundamental neste processo, o desenvolvimento do mercado interno era consequência dos investimentos do capital financeiro com o objetivo de valorizar seu capital. Assim, para Caio Prado Jr, mesmo os elementos que eram importantes para a superação da dependência externa, foram utilizados pelo capital financeiro para a renovação desta mesma dependência, mas em novas bases.

Referências

- BARRATT BROWN, Michael. **A economia política do Imperialismo**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. 322 p.
- BUKHARIN, Nicolai Ivanovitch. **A Economia Mundial e o Imperialismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1984. 164 p.
- HILFERDING, Rudolf. **O Capital Financeiro**. São Paulo: Abril Cultural, 1985. 346 p.
- LENIN, Vladimir Ilitch. **O Imperialismo: fase superior do capitalismo**. São Paulo: Centauro Editora, 2008. 130 p.
- MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Volume I. Tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1984. 306 p.
- PRADO Jr, Caio. **A Revolução Brasileira**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. 268p.
- _____. **Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1957. 228 p.
- _____. **História Econômica Brasileira**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2012. 366 p.
- _____. **História e Desenvolvimento: A Contribuição da Historiografia para a Teoria e a Prática do Desenvolvimento Brasileiro**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989. 144 p.
- SAMPAIO Jr, Plínio Soares de Arruda. **Entre a Nação e Barbárie: Uma leitura das contribuições de Caio Prado Jr, Florestan Fernandes e Celso Furtado à crítica do capitalismo dependente**. Campinas, 1997. 294 p. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas). Instituto de Economia – Universidade Estadual de Campinas.

